

NOVAS REGRAS SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELAS EMPRESAS

Até Maio de 2018, as empresas deverão aplicar novas regras relativas ao tratamento e livre circulação dos dados [Regulamento (UE) 2016/679]. Saiba as implicações do novo Regulamento Europeu e medidas práticas a implementar.

Este Regulamento introduz inovações significativas no atual regime de tratamento de dados pessoais. Entre elas destacam-se:

- (i) Novas regras relativas à **prestação do consentimento** do titular dos dados para o respetivo tratamento;
- (ii) Alargamento dos **deveres de informação** do responsável pelo tratamento de dados perante o seu titular;
- (iii) Consagração dos **direitos do titular dos dados à retificação e ao apagamento** destes («*direito a ser esquecido*») e à sua **portabilidade**;
- (iv) Obrigação de o responsável pelo tratamento de dados **conservar um registo** destas atividades;
- (v) Novas exigências no tocante à **segurança do tratamento dos dados**, entre as quais a «*pseudonimização*» e a cifragem dos mesmos e a comunicação à autoridade de controlo e ao titular das violações ocorridas;
- (vi) Obrigação de proceder à **avaliação do impacto** das operações de tratamento de dados pessoais e de **consultar a autoridade de controlo** antes de proceder ao tratamento quando este envolva elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

Por forma a assegurar o cumprimento das novas regras, prevê-se que os responsáveis pelo tratamento de dados ou os respetivos subcontratantes deverão designar, em certas condições, um **encarregado da proteção de dados** com conhecimentos especializados no domínio do Direito e das práticas de proteção de dados. Este encarregado pode ser um elemento do pessoal da entidade responsável ou exercer as suas funções com base num contrato de prestação de serviços.

O incumprimento dos deveres fixados no Regulamento pode originar a **aplicação de coimas** até 20 milhões de euros ou, no caso de uma empresa, até 4% do seu volume de negócios anual a nível mundial.

O Regulamento lança assim **novos e importantes desafios** à gestão empresarial sob o ponto de vista do tratamento de dados e da conformidade com o regime legal. As empresas devem rever e adequar os seus procedimentos internos em matéria de proteção de dados pessoais, de forma a assegurar, até 25 de maio de 2018, o cumprimento das novas regras e obrigações.

Inês Pinheiro
Ângela Afonso
Daniel Bettega Proença de Carvalho

Contactos:
ip@slcm.pt
aa@slcm.pt
dbpc@slcm.pt

Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação